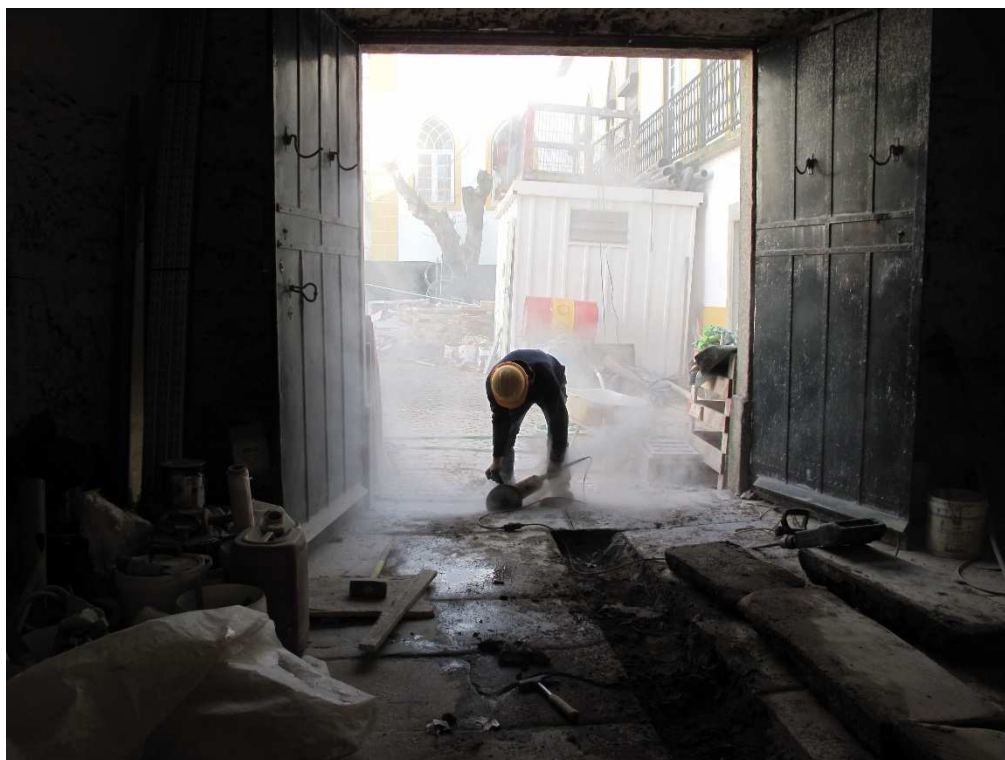


SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

ÍNDICE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ)

Adriaan de Man¹
João Tiago Tavares²

Resumo

A gestão do património arqueológico ao nível autárquico passa pela criação de cartas de salvaguardas patrimoniais vertidas para os Planos Diretores Municipais.

A eficácia dessa cartografia está dependente da informação existente. Em Oliveira de Azeméis a informação disponível aquando da elaboração do PDM em vigor desde 2013 era, sobretudo, de cariz bibliográfico.

A apresentação do PIPA POVOAZ (Povoamento em Oliveira de Azeméis) veio permitir começar a colmatar o défice de informação proveniente da realização de trabalhos arqueológicos.

Este projeto forneceu dados sobre a ocupação dos sítios e, apesar de na maior parte dos sítios se tratar de uma pequena amostragem, permite afinar o espectro cronológico, demasiado amplo, plasmado nas fichas de sítio que acompanham a Carta de salvaguardas patrimoniais.

Palavras-chave: Salvaguarda; Investigação; PDM; POVOAZ

Abstract

The management of the archaeological heritage at the autarchic administrative level is based on the creation of Heritage Safeguards Maps for the Plano Diretor Municipal (PDM).

The effectiveness of this mapping is dependent on existing information. In Oliveira de Azeméis, the information available for the preparation of the PDM in force since 2013 was mainly of a bibliographic nature.

¹ Associate Professor Chair of the Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University: adriaandeman@uaeu.ac.ae

² Gabinete de Arqueologia e Museologia, Município de Oliveira de Azeméis: joao.tavares@cm-oaz.pt

The presentation of PIPA POVOAZ (Settlement in Oliveira de Azeméis) allowed us to begin to fill the *deficit* of information from archaeological field works.

This project provided data on site occupancy and, although for most of sites we are dealing with small sampling areas, allows closing the chronological spectrum reflected in the site information accompanying the Heritage Safeguards Map.

Keywords: Safeguard; Research; PDM; POVOAZ

Apesar da existência de um conjunto de vestígios que remetem para uma ocupação do território desde a pré-história, nomeadamente um grupo de monumentos megalíticos e um conjunto de povoados, suficientemente conhecidos para merecerem a atenção de Frei Bernardo de Brito, que associa ao Castro de Ossela uma epígrafe na qual se celebraria a realização de combates de gladiadores (Carqueja, 1908: 10), não há no espaço correspondente ao Município de Oliveira de Azeméis, uma tradição da realização de campanhas sistemáticas de trabalhos arqueológicos.

Da bibliografia e dos jornais locais ressalta apenas a realização de uma campanha de escavações no Castro de Ossela, dirigida por Rocha Peixoto em 1908 (Carqueja, 1908: 5-7), um conjunto de campanhas no Castro de Ul dirigidas por José Augusto Maia Marques, na década de 1980 (Marques, 1989: 65-89), e as campanhas de escavação da Mamoa do Castelo, dirigidas por Fernando A. Pereira da Silva (Silva, 1994: 23-58), também na década de 1980, a que se juntam pequenas intervenções em monumentos megalíticos (Mamoas da Baixa de Ul, Mamoa de Silvaes) ao longo das décadas seguintes até à sua morte.

Paradoxalmente, são abundantes as referências a achados de peças avulsas ao longo do século XX, nem sempre ficando muito claro o contexto em que tal sucedia. Refira-se a título de exemplo o Padre

Carrelhas (Carqueja, 1908: 2), em cuja casa devorada por um incêndio estavam guardados uma série de objetos que havia recolhido pelo concelho, ou o abade João Domingos Arêde, que com os materiais que recolheu criou na sacristia da igreja de Cucujães um pequeno museu arqueológico.

Isto sem esquecer aquele que será o achado isolado de maior relevo, um conjunto de braceletes em ouro encontradas no lugar das Baralhas, em inícios do século XX (Vasconcelos, 1896: 86-88).

Mesmo a existência de testemunhos epigráficos de época romana, um miliário e um *terminus augustal*, não foram suficientes para o desenvolvimento de projetos de investigação neste território. É certo que estes testemunhos foram alvo de interesse por diversos investigadores, que os publicaram, mas acabam por ser integrados no estudo de problemáticas mais amplas, sem que seja feita uma correlação direta com o território envolvente.

A ausência de dados provenientes de trabalhos de investigação, conjugada, acreditamos nós, com o facto de se situar numa zona de transição para o mundo castrejo, tem como consequência o pouco relevo que lhe é dado em trabalhos de síntese.

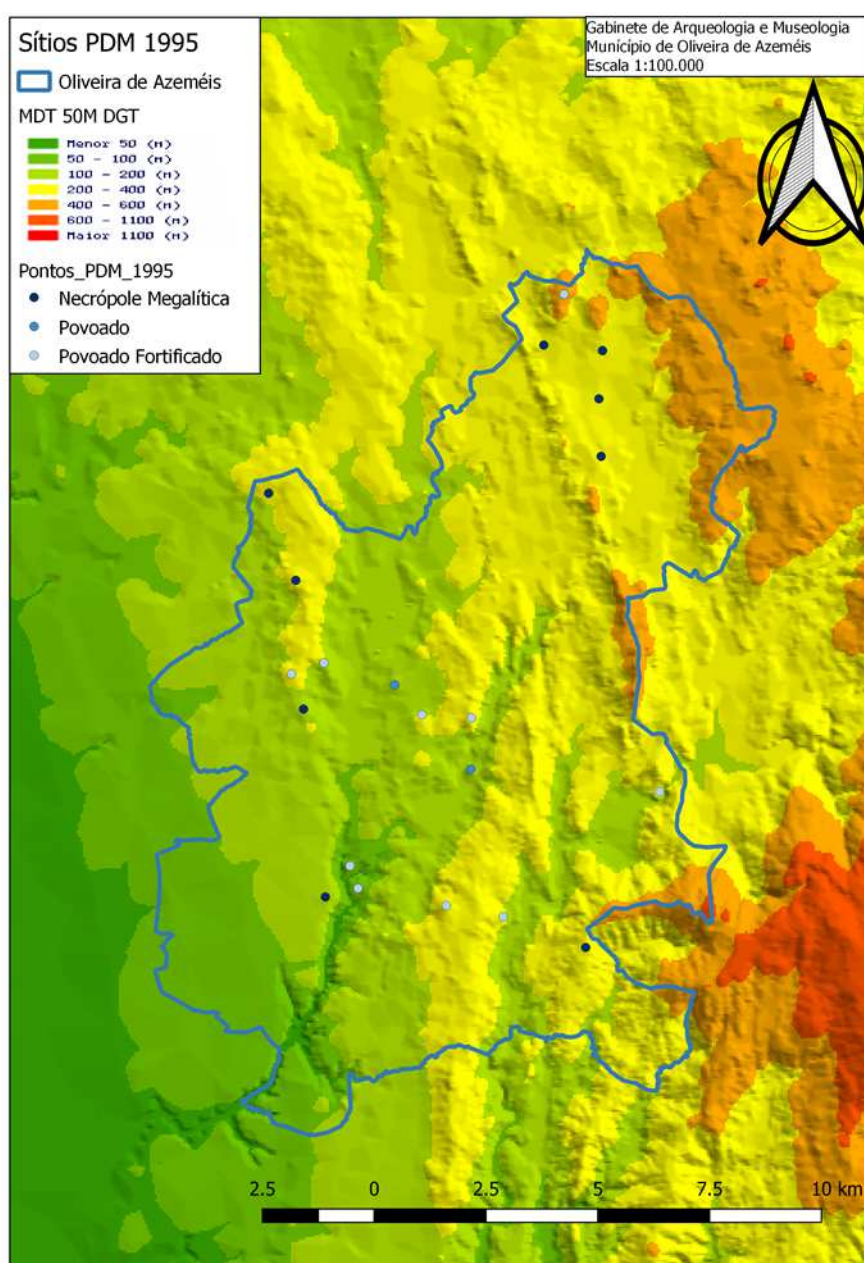
Mesmo trabalhos de âmbito regional, como o de António Manuel Silva (Silva, 1995: 429-439), que poderiam ter ajudado a inverter essa tendência, acabaram por se focar nos territórios interiores do entre Douro e Vouga.

Deste modo, foi sendo criada, uma imagem de ausência de vestígios e de uma conseqüente falta de interesse deste território do ponto de vista arqueológico, que tem como consequência a criação, junto da população, da ideia de que não há nada de muito antigo, ou que as coisas mais antigas são pouco relevantes, no concelho.

Os trabalhos realizados no Castro de Ul, por Maia Marques, que poderiam ter alavancado o desenvolvimento de trabalhos noutros pontos do território, tendo sido completamente abandonados após 4

anos de campanhas (Marques, 1989: 65-89) reforçaram essa ideia da falta de interesse dos sítios arqueológicos do concelho.

A obrigação legal de elaborar Planos Diretores Municipais surgida na década de 1990, poderia ter contribuído para modificar esta visão. O trabalho, levado a cabo por Fernando Pereira Silva, que viria a ser publicado numa revista local (Silva, 1995: 9-52) tem o mérito de sistematizar, pela primeira vez, a informação sobre os sítios existentes no concelho implantando-os na cartografia e fazendo uma breve descrição de cada um.



Mapa 1: Os sítios identificados por Fernando Pereira da Silva no âmbito do PDM 1995.

Desconhecemos as condições disponibilizadas para a concretização do levantamento, mas tendo em conta as descrições apresentadas, julgamos ser bastante seguro afirmar que, resultarão essencialmente da compilação de notícias dispersas sobre os sítios arqueológicos acompanhada, eventualmente, de visitas aos locais para uma tentativa de confirmação da sua existência.

A orografia do território, conjugada com o coberto vegetal resultante de uma densa mancha florestal de eucalipto e pinheiro, já existente na década de 1990, dificultam sobremaneira os trabalhos de prospeção pedestre neste território.

A título de exemplo, consideramos pertinente referir aquilo que sucedeu no Monte Calvo, onde nos deslocámos em diversas ocasiões, durante a elaboração do PDM 2013, sem ter conseguido recolher um único fragmento de cerâmica e onde, depois de um incêndio em 2014 e de uma ação de reflorestação em 2015, se tornou possível recolher cerâmica à superfície, sem qualquer tipo de dificuldade.

Importa, ainda assim, reter que a criação de uma Carta de Património Arqueológico não serviu de impulso ao desenvolvimento de trabalhos de investigação que permitissem um melhor conhecimento do território. Nem sequer levou a que, fosse preenchido um lugar num serviço de arqueologia criado na orgânica do município. Apenas teve a virtude de criar condições para a realização de alguns trabalhos de mitigação de impactos no âmbito de obras particulares e/ou municipais.

Era este o panorama quando em 2009, se verificou a necessidade de atualizar a informação com vista, à elaboração de uma nova Carta de Salvaguardas Patrimoniais, no âmbito do processo de revisão do PDM.

Este trabalho, já feito sob a responsabilidade de um dos signatários, acabou por ser vítima de um conjunto de constrangimentos que impossibilitaram uma melhoria significativa na qualidade da informação sobre a generalidade dos sítios. Podemos

elencá-los em três grandes áreas: tempo; recursos disponíveis e condições do terreno.

O tempo disponível será, quase sempre, um constrangimento, mas num contexto em que a base era a elencada acima, fazer iniciar em agosto um trabalho que deveria estar concluído até ao final do ano, é trabalhar em contra relógio, procurando compilar informação e fazer a sua confrontação com o que é visível no terreno.

Os meios disponibilizados não eram os suficientes para que um trabalho de confirmação de indícios pudesse ser feito com a qualidade que se espera num processo deste género. Dependente de transporte disponibilizado por outros serviços, sem poder contar com outras pessoas para as saídas de campo, não foi possível fazer uma prospeção sistemática dos sítios para os quais tínhamos uma referência cartográfica e, menos ainda, procurar localizar sítios para os quais as referências bibliográficas não davam uma localização muito precisa.

As condições do terreno, já foram descritas através do exemplo acima apresentado. Com uma orografia acidentada o território do concelho apresentam um conjunto de áreas densamente urbanizadas, com as inerentes alterações topográficas que decorrem da necessidade de construção, e uma mancha florestal densa de eucalipto e pinheiro, que cria, por um lado um coberto vegetal que impossibilita a visualização do solo e que, por outro, fruto do abandono dos espaços florestais, é coberto por uma camada de arbustos que por si só impede a circulação.

Apesar dessas circunstâncias, foi possível fazer a relocalização dos sítios arqueológicos que constavam do levantamento efetuado por Fernando Pereira da Silva.

Tomou-se como critério a manutenção de todos os sítios (num total de 21) por ele elencados, mesmo se, em alguns casos, nomeadamente no que respeita às mamoadas, apresentavam, já em 1995 indícios de um elevado grau de destruição.

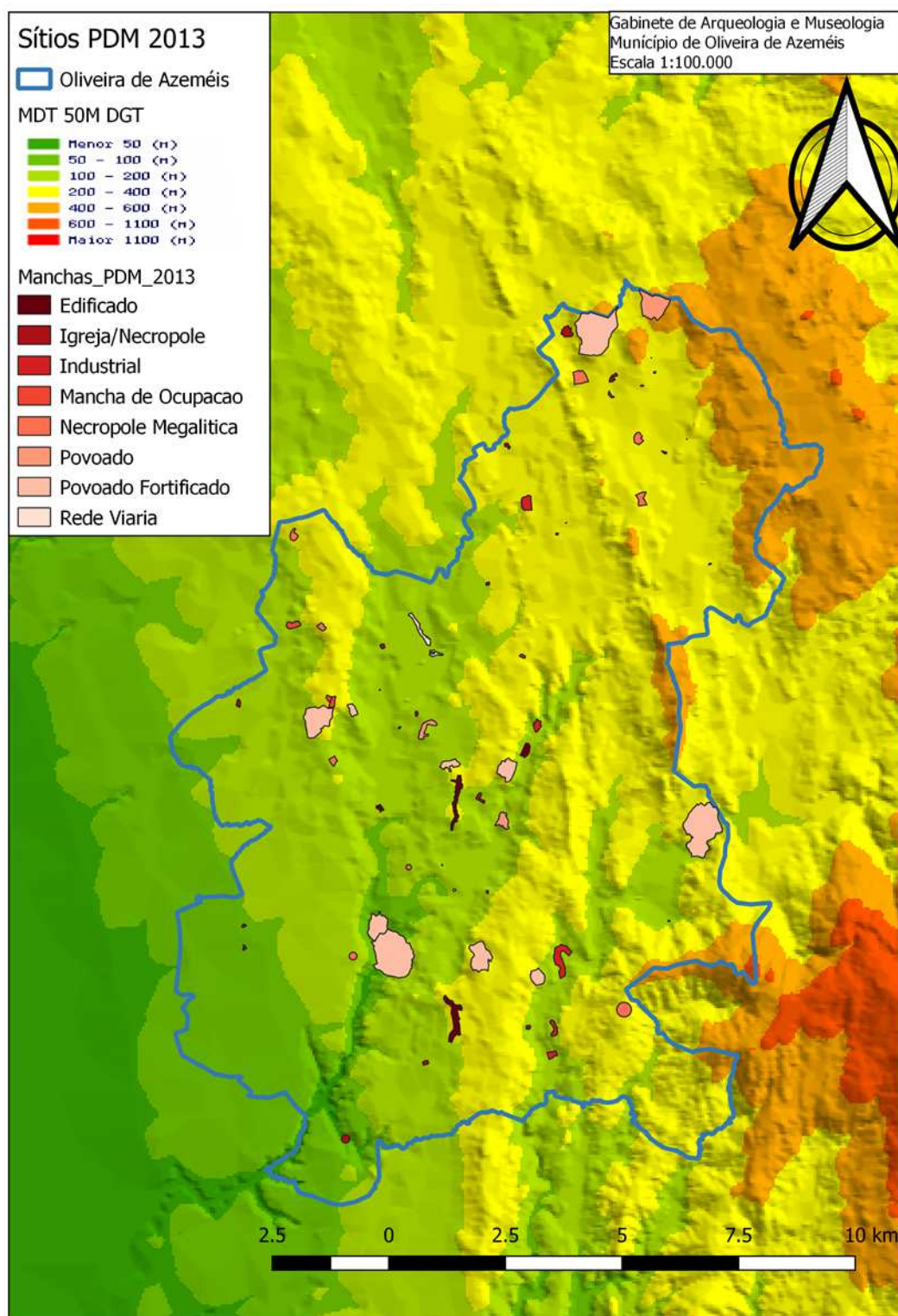
A estes juntaram-se, aqueles (quatro) que haviam sido, entretanto, identificados como resultado de trabalhos arqueológicos.

Por último, acrescentaram-se 41 áreas de sensibilidade arqueológica no concelho. Esta designação serviu para enquadrar um conjunto de sítios de diferentes tipologias e cronologias, para os quais tínhamos indícios documentais mas onde não há notícia de terem sido realizados trabalhos arqueológicos.

Integraram-se nesta designação as igrejas, onde há notícia da existência de necrópoles; elementos da rede viária; espaços relacionados com atividades industriais; e dois núcleos urbanos, Oliveira de Azeméis e Bemposta que correspondem, o primeiro, à atual sede do concelho e, o segundo, à sede do concelho de Figueiredo e Bemposta, extinto no século XIX.

A utilização de *software* SIG tornou possível a construção de uma carta, onde os tradicionais pontos sobre a carta 1:25000, foram substituídos por polígonos. Esta metodologia possibilitou um maior rigor na delimitação dos sítios e das áreas de sensibilidade e permitiu a sua integração no Portal Geográfico do Município, tornando acessível a qualquer munícipe o conhecimento dos locais onde existem condicionantes nas operações que envolvem o revolvimento dos solos.

Esta solução não permite, pelo menos por enquanto, a inclusão de informação textual sobre os polígonos, pelo que não fornece informação imediata sobre o tipo de sítio a que corresponde cada um. Acresce que, nem no portal geográfico, nem na página do Município, está disponível, o documento que compila as fichas de sítio elaborado para acompanhar a cartografia.



Mapa 2: Polígonos que delimitam as áreas assinaladas na Carta de Salvaguardas Patrimoniais do PDM publicado em 2013.

Essa base georreferenciada pode, apesar dessas limitações, ser utilizada em futuras revisões do PDM, procurando-se soluções que permitam aumentar o volume de informação que lhe está associado.

Mas é também uma ferramenta de trabalho que nos permite ter uma noção do território e procurar estabelecer estratégias de estudo do mesmo.

Claro que a utilização a fundo dos programas de SIG está dependente da formação de base dos seus utilizadores e, no caso em apreço, essa formação foi obtida em contexto de trabalho, não permitindo ainda tirar partido de todas as funcionalidades desse *software*.

Ainda assim, conseguimos ter uma noção da visibilidade dos locais e das suas áreas de influência, bem como calcular os caminhos ótimos entre sítios, o que possibilita uma abordagem diferente ao território e tentar estabelecer áreas de trabalho de prospeção prioritária.

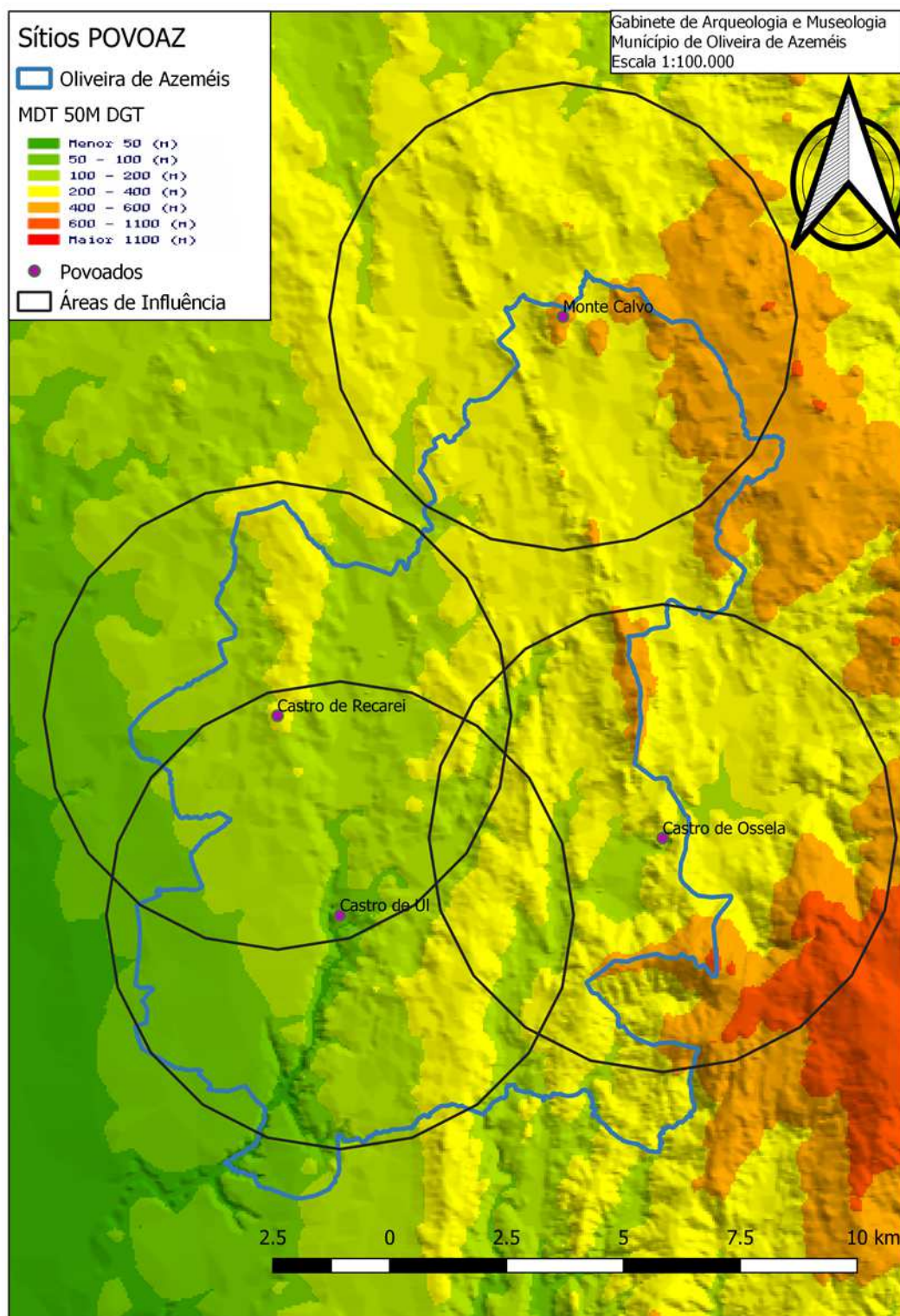
Ainda antes do processo de revisão do PDM, o Gabinete de Arqueologia do Município tinha-se associado ao projeto PROBA, com o intuito de desenvolver alguns trabalhos no Castro de Ul, entre 2011 e 2014 (De Man *et al*, 2018a: 593-596). Prevvia-se a realização, sobretudo de trabalhos de limpeza e consolidação das estruturas resultantes das escavações realizadas por Maia Marques.

Porém, com a aprovação do PDM e a definição de áreas com alguma dimensão, nomeadamente no que dizia respeito aos povoados, tornava-se imperativo avançar com trabalhos que permitissem a sua caracterização com um maior detalhe do que aquele que resultava, essencialmente, da informação proveniente da bibliografia.

Ainda que, não tenha existido uma reação negativa, em sede de discussão pública, ao estabelecimento dessas áreas, tanto ao nível dos decisores políticos como dos munícipes, exceção a uma reclamação sobre existência de um dos sítios já constantes no PDM anterior, percebia-se a necessidade de tornar mais evidentes os vestígios dos sítios arqueológicos assinalados.

Na sequência disso, foi decidido avançar com a elaboração de um Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia, o POVOAZ

(Povoamento em Oliveira de Azeméis) que teve lugar entre 2015 e 2018.



Mapa 3: Implantação e área de influência dos povoados que integram o projeto POVOAZ.

Esse projeto visava uma primeira abordagem, com um cariz diagnóstico na maior parte dos casos, uma vez que os recursos disponíveis não permitiam um trabalho continuado em cada um dos sítios.

De entre aqueles que constavam no levantamento de Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52), foram selecionados os que nos pareceram mais promissores, na obtenção de resultados.

Nessa escolha tivemos em conta o potencial que a bibliografia nos permitia antever para cada sítio, conjugada com a intenção de ter uma amostra de diferentes pontos do território, bem como os recursos de que dispúnhamos.

Considerámos que o Castro de Ul, por já ter integrado o PROBA e ter tido alvo de trabalhos na década de 1980, deveria ter um maior investimento do Município, com a realização de trabalhos, de forma continuada, para demonstrar que não se tratava de uma intervenção inconsequente.

Para os restantes sítios, tínhamos projetado que o Castro de Ossela, por se tratar do único sítio classificado deveria ser alvo de duas intervenções, mas uma ação de reflorestação no Monte Calvo, levou-nos a reajustar as intenções.

A quantidade de cerâmicas à superfície fez-nos considerar que estaríamos perante um povoado de grandes dimensões que, nunca tinha sido alvo de trabalhos arqueológicos, e resolvemos prever ali duas campanhas de escavação.

O último sítio escolhido foi Castro de Recarei, onde haviam sido recolhidos em diferentes ocasiões materiais à superfície que permitiam apontar para uma ocupação durante a Idade do Ferro e época Romana.

Em termos de caracterização, com base na bibliografia estes quatro sítios teriam tido uma cronologia de ocupação bastante longa, que se estenderia, eventualmente com hiatos, desde o Bronze Final à Idade Média.

Os dados de Maia Marques relativamente ao Castro de Ul (Marques, 1989: 65-89) parecem ter servido de modelo à descrição de todos os sítios com uma orografia similar. Povoados em cabeços, com um relativo domínio da paisagem e uma boa defensabilidade.

Esta caracterização parecia-nos o resultado da falta de trabalhos sistemáticos nos outros sítios, procurando replicar os únicos dados resultantes de trabalhos de escavação recentes, num território, criando uma uniformização da sua ocupação proto-histórica.

Os trabalhos do POVOAZ, apesar de serem, na maior parte dos casos, apenas uma pequena amostra do potencial dos sítios, permitem pintar uma realidade ligeiramente distinta.

No Castro de Ul, a campanha inicial de escavações teve lugar na plataforma de topo do cabeço, na vertente nascente, junto a uma área escavada na década de 1980, onde tinham sido identificadas estruturas que corresponderiam a uma ocupação de época romana (Marques, 1989: 65-89) Uma estratigrafia demasiado revolvida, conjugada com um espólio incipiente e a realização de uma campanha de prospeção magnética, levou-nos a mudar o local das intervenções subsequentes.

Passámos para uma plataforma intermédia, que a população local designa como corredoura, onde os resultados foram substancialmente mais interessantes.

Ainda que as três campanhas de escavação tenham sido concretizadas com recurso a equipas pequenas (4/5 pessoas) maioritariamente inexperientes, foi possível exumar um conjunto de estruturas, que atestam a ocupação do sítio e cuja atribuição cronológica apesar de não ser muito segura, parece estar relacionada com uma fase final de ocupação do sítio apontando-se para o século III/IV da nossa Era.

Uma das estruturas exumadas corresponderá a uma das linhas de muralha identificada por Maia Marques (Marques, 1989: 65-89) e Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52). Nesta estrutura foi possível identificar uma porta que parece servir de passagem entre a

corredoura e a plataforma abaixo, na encosta poente. As restantes estruturas que encostam a esta primeira podem corresponder a tentativas do seu reforço em momentos posteriores, uma vez que estão assentes sobre camadas onde se recolheram materiais arqueológicos. Não podemos, no entanto, excluir que uma delas seja um compartimento, algo que só conseguiremos apurar quando tivermos a possibilidade de alargar a área escavada (De Man *et al*, 2018b: 75-89).



Figura 1: Castro de Ul – 2018 – porta na estrutura que julgamos corresponder à muralha identificada por Maia Marques na sua sondagem.

Os materiais recolhidos ao longo destas campanhas não foram muito numerosos e resultam de camadas que apresentam algum revolvimento. Ainda assim, parecem coerentes com uma ocupação Romana Imperial do povoado (De Man *et al*, 2018b: 75-89).

As campanhas realizadas no Monte Calvo permitem desenhar uma realidade distinta. Ao contrário do esperado, não recolhemos qualquer indício de uma longa diacronia de ocupação.

As quatro sondagens distintas realizadas ao longo das duas campanhas, não permitiram identificar qualquer tipo de estrutura,

fosse ela positiva, ou negativa. O espólio cerâmico recolhido, bastante numeroso, com formas maioritariamente esféricas, e pastas redutoras ou de cozedura mista apresenta uma grande coerência e enquadra-se numa cronologia do Bronze Final (De Man *et al*, 2018b: 75-89).



Figura 2: Fragmento de bordo e pança recolhido na intervenção de 2015 no Monte Calvo.

Apesar de não termos recolhido indícios da sua existência, não excluimos a possibilidade de uma pequena ocupação medieval, com a construção de uma atalaia no afloramento rochoso do topo do cabeço. A posição do cabeço com um vasto domínio de paisagem sobre os vales agrícolas envolventes faria dele um local ideal para a observação do território.

O que não conseguimos encontrar são indícios de ocupação durante a Idade do Ferro e da Romanização, apesar das publicações locais fazerem essa associação ao sítio arqueológico, chegando a referir a existência de casas de planta circular, apesar da referência mais antiga que conhecemos (Carqueja, 1908: 246) dizer expressamente que ao contrário do que acontecia em Romariz ali não se observava

esse tipo de vestígios. Nem sequer identificámos, em escavação, as duas linhas de muralhas concêntricas referidas nos Anais do Município (Carqueja, 1908: 246), apesar de isso se poder dever ao facto de não termos escavado junto a zonas de talude.

Ainda que a área escavada, 100 metros quadrados, não se possa considerar muito grande, no contexto da dimensão do cabeço, a coerência estratigráfica e do tipo de espólio recolhido levam-nos a sugerir que o povoado do Monte Calvo, ainda que tenha tido uma dimensão razoável, tendo em conta a dispersão de materiais à superfície após a reflorestação, terá sido abandonado no primeiro milénio a.C. Fica por perceber, e esta é uma limitação de lidarmos com fronteiras administrativas atuais, o papel que o Castro de Romariz teve no abandono do Monte Calvo, uma vez que distam, em linha reta, aproximadamente 2,5 quilómetros.

O Castro de Ossela apresenta-nos uma realidade distinta. Desde logo, nas suas imediações, no lugar das Baralhas, foi encontrado em 1896 (Vasconcelos, 1896: 86-88) um conjunto de braceletes em ouro que remete para o mundo da Idade do Bronze. Porém, os trabalhos de Rocha Peixoto, em 1908, descrevem uma realidade com maior amplitude cronológica. As escavações exumaram estruturas de planta circular e ortogonal – atribuídas a ocupações da Idade do Ferro e época Romana – bem como um conjunto de sepulturas cujo espólio associado remetia para uma ocupação de época moderna.

Uma intervenção de emergência realizada em 2013 (Tavares, 2014: 14-27) tinha permitido recolher um fragmento de cerâmica que indiciava a possibilidade de existir uma ocupação do sítio no século V. Porém, tratando-se de um único fragmento, e sem um contexto seguro, foi tomado apenas com um indício que carecia de posterior confirmação.

A realização de prospeções magnéticas em 2016 (Tavares, 2017:17) veio reforçar a possibilidade, avançada na sequência da intervenção de 2013 da existência de estruturas positivas naquela

plataforma, tendo por base a existência de um conjunto de anomalias detetadas nesse espaço.

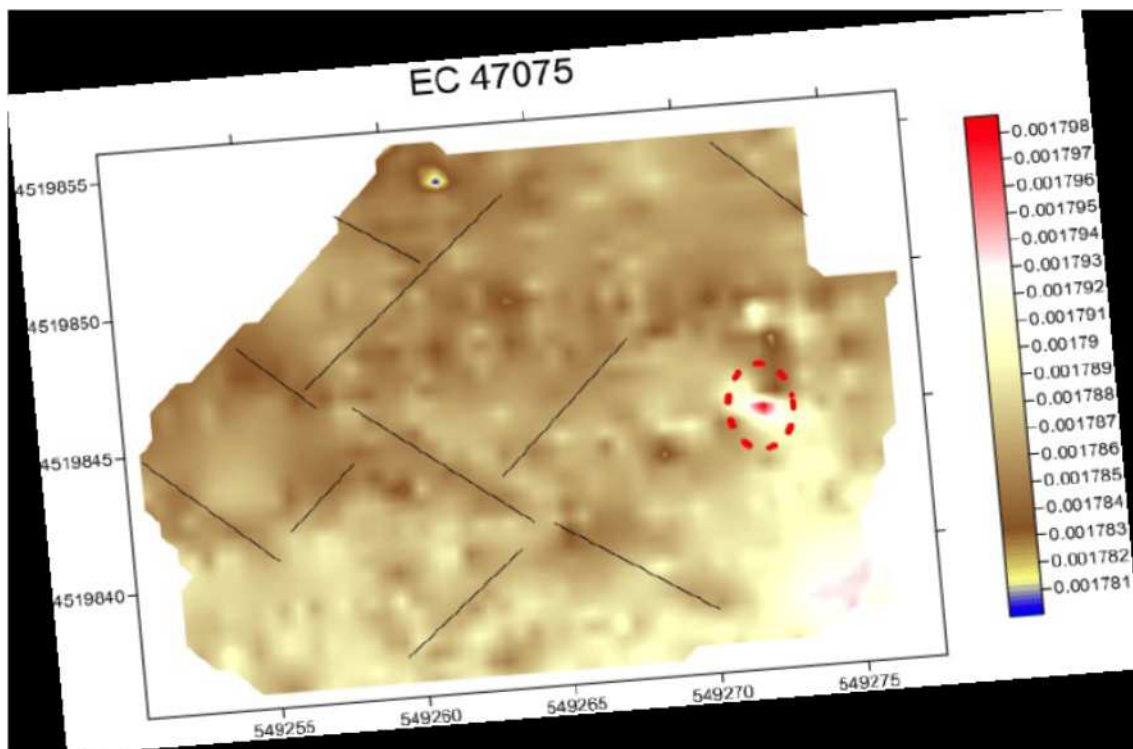


Figura 3: Planta com a localização de anomalias com potencial arqueológico no Castro de Ossela.

A campanha realizada em 2017 acabou por confirmar apenas uma parte das expectativas com que partíamos. Identificámos, na sondagem, uma área de necrópole que, apesar de não ter sido escavada, poderá corresponder à cronologia proposta por Rocha Peixoto. Não foi possível, no tempo programado para a intervenção, perceber se as anomalias detetadas na prospeção magnética tinham efetiva correspondência com a realidade. Por sua vez, o espólio recolhido parece ser bastante homogéneo e indiciar uma ocupação medieval ou moderna, sem que haja elementos que apontem para ocupações mais antigas. Embora tal não possa ser excluído, os resultados da campanha não o permitem afirmar. Porém, na encosta do cabeço da Senhora do Castro são visíveis, nomeadamente nos taludes dos caminhos, restos de cerâmica enquadrável no mundo castrejo e cerâmica de construção associável à época romana (De Man *et al*, 2018b: 75-89).



Figura 4: Sondagem no Castro de Ossela, sendo visíveis na metade Este as sepulturas que julgamos correspondem às que Rocha Peixoto havia identificado como fazendo parte de uma necrópole de época Moderna.

Em aberto, está uma outra hipótese que só o desenvolvimento de novos trabalhos poderá vir a viabilizar. O cabeço a Norte daquele onde se situa a capela da Senhora do Castro, que fica a uma cota mais elevada e que tem na sua base o lugar das Baralhas, poderá ter ocupação, podendo esta corresponder a uma fase mais antiga do povoado admitindo-se a hipótese de em épocas mais recentes as populações se terem fixado mais próximas do rio e do vale agrícola de Ossela. Apesar da dificuldade na prospeção terrestre, durante uma das visitas feitas ao local foi possível recolher alguns fragmentos cerâmicos de cozeduras redutoras e mistas que apresentavam grandes semelhanças à cerâmica de Monte Calvo.

Por último o Castro de Recarei. A intervenção teve lugar no último ano do POVOAZ e produziu resultados interessantes, ainda que neste momento não possamos avançar muito sobre o espólio por ainda se encontrar em fase inicial de tratamento. O Castro de Recarei corresponderá à primeira grande elevação que se encontra, a partir da

linha de costa. A recolha de materiais no cabeço dos mouros, assim designado pelos habitantes locais, é recorrente ao longo do século XX, sendo referido por diversos autores a existência de materiais à superfície.

Mesmo nós, em visita ao local, nomeadamente naqueles locais onde sejam visíveis revolvimentos de terra em resultado do corte ou plantação de árvores, tivemos oportunidade de recolher espólio que se enquadra cronologicamente numa ocupação da Idade do Ferro e da Romanização.

Foi com essa base que partimos para a intervenção levada a cabo em 2018. Os resultados obtidos são prometedores quanto à importância do povoado e quanto ao relativo grau de conservação do espólio. Apesar de não termos conseguido identificar estruturas positivas, identificaram-se uma série de estruturas negativas, para as quais a atribuição de uma funcionalidade será, nesta fase, essencialmente especulativa.



Figura 5: Escavação de estruturas negativas, nalguns casos preenchidas com argila e pedras, que parecem corresponder aos calços usados para sustentar um poste em madeira.

No espólio cerâmico recolhido, ao contrário daquilo que acontece no Monte Calvo e no Castro de Ossela, predominam as cerâmicas de cozedura oxidante e recolheu-se um número interessante de fragmentos decorados, tanto por decoração plástica, como por incisões. Nas camadas superficiais, o conjunto é composto por algumas dezenas de fragmentos de cerâmica de época moderna/contemporânea. Nas camadas menos revolvidas, ou cujo remeximento é mais distante no tempo o conjunto é igualmente coerente, parecendo apontar para uma ocupação pré-romana, com alguns elementos que podem indiciar contactos orientalizantes.



Figura 6: Fragmento de cerâmica estampilhada, enquadrável na Idade do Ferro recolhido em 2018.

Parece-nos significativo assinalar a ausência quase absoluta de cerâmica de construção enquadrável no período romano, apesar de noutros pontos do povoado já a termos recolhido à superfície.

Também é interessante notar que os fragmentos recolhidos, em quantidade assinalável, apresentam, genericamente, dimensões razoáveis e arestas relativamente vivas, o que indicia não terem sofrido grande deslocação *post deposicional*. Num caso, foi mesmo possível recolher grande parte de um recipiente de armazenamento cujos fragmentos colapsaram sobre o seu fundo.

No entanto, não foi possível identificar nenhum piso, apesar de terem sido recolhidos alguns fragmentos de barro que poderiam corresponder a fragmentos de uma estrutura desse tipo.

Também não parece possível fazer uma associação direta entre as estruturas negativas e esses fragmentos de argila, uma vez que as estruturas negativas são numerosas e não ocupam, aparentemente, um espaço central onde pudesse assentar uma cobertura.

Em suma, estes quatro anos de trabalho não permitem dar uma resposta definitiva sobre a ocupação do território, na transição entre o primeiro milénio e a nossa era, mas abrem um paradigma de variabilidade local que nos permite, hoje, ter a certeza de que o padrão cronológico Bronze Final – Idade Média, aplicado à descrição dos povoados por Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52) e replicado na bibliografia que o toma como referência está desajustado da realidade.

Dos povoados estudados, e com base estritamente nos resultados das campanhas de escavação, nenhum apresenta essa cronologia. Se considerarmos, todos os dados disponíveis, apenas o Castro de Ul parece ter elementos que confirmem essa continuidade, e mesmo nesse caso com reservas quanto à ocupação medieval. Admissível, no entanto, se tivermos em conta que a encosta nascente do cabeço tem ocupação ainda nos nossos dias.

Como se referiu acima, tratando-se de um projeto do Município as ações de divulgação/comunicação não dependem da vontade estrita dos responsáveis científicos, pelo que têm de ser enquadradas numa política de comunicação municipal.

Essa situação constrange a criação de plataformas de divulgação e interação tanto com o público em geral como com os pares, por exemplo no que respeita às redes sociais. Toda a informação carece de ser veiculada nos meios do Gabinete de Comunicação do Município. Exceção feita às comunicações em eventos científicos, onde os responsáveis pelo projeto podem participar sempre que se justifique.

A consequência mais imediata desta circunstância é tornar o projeto quase invisível, transmitindo uma sensação de imobilidade e de ausência de trabalho, o que, não correspondendo à realidade, será

a percepção de quem desconhece esta limitação que resulta do enquadramento orgânico do projeto.

Ainda assim, foi possível criar alguns contactos junto de pessoas interessas pelas temáticas patrimoniais o que levou à identificação de novos sítios, alguns dos quais podem vir a ser integrados em novos projetos de investigação.

Para isso contribuiu, igualmente o projeto Memórias de OAZ, que se consubstanciou num portal e numa monografia. Esta última apresenta uma síntese histórica sobre o território do Município desde a pré-história, à atualidade, enquanto a [plataforma online](#) permite o acesso a fichas de sítio, do património arqueológico, do património arquitetónico e, também, a fichas de elementos do património imaterial. Esta ferramenta, permite-nos ir tornando públicos os dados, mesmo que mais genéricos, dos resultados dos trabalhos realizados nos sítios constantes daquela plataforma.

Nalguns casos, essa ferramenta, serviu para dar visibilidade, quase imediata, a alguns dos sítios que nos tinham sido referenciados por munícipes.

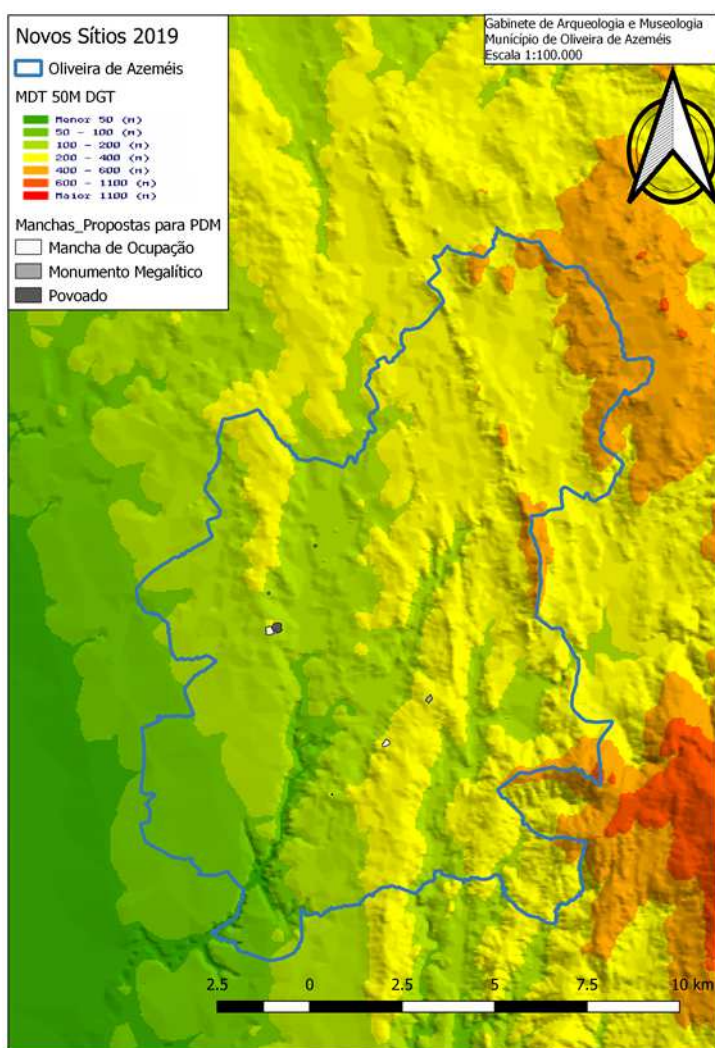
Estes sítios inéditos enquadram-se, tanto quanto é possível perceber, nas tipologias de sítios que tinham sido estabelecidas aquando da elaboração da Carta de Salvaguardas Patrimoniais do PDM 2013: monumentos megalíticos; povoados e manchas de ocupação.

Os monumentos megalíticos correspondem à tipologia mais numerosa e apresentam-se em graus de conservação que vão desde a presumível destruição, ao seu revolvimento parcial. A mamoa da Aguincheira terá sido quase totalmente destruída com as movimentações de terra para a plantação de eucaliptos, tendo sido, ainda assim, possível recolher um espólio cerâmico com alguma dimensão.

Nas restantes, é possível identificar, em algumas, a existência de fossas de violação dos monumentos, algo que se poderá relacionar com as lendas associadas à presença de tesouros neste tipo de sítios.

Nestas, tendo em conta a densidade do coberto vegetal e/ou da manta morta, não são visíveis materiais associáveis à utilização dos monumentos.

Os restantes corresponderão a um povoado, Fonte do Soldado 1, numa zona de vertente cujos materiais recolhidos à superfície remetem para uma ocupação proto-histórica e que se situa a meio caminho entre o Castro de Ul e o Castro de Recarei. Os restantes foram classificados como manchas de ocupação por não nos ser possível ter uma noção mais concreta do tipo de ocupação a que poderiam corresponder. Em Fonte do Soldado 2 temos alguma cerâmica de construção romana e um fragmento de cerâmica *sigillata*, e no Outeiro, alguns fragmentos de cerâmica numa zona de vertente, com algum declive, que parecem enquadrar-se numa cronologia proto-histórica.



Mapa 4: Polígonos correspondentes a sítios identificados durante a vigência do projeto POVOAZ.

Este conjunto de sítios localiza-se na faixa central de território do Município e nas bacias hidrográficas dos rios Ul e Antuã. Não se afasta, assim, do panorama visível na carta de salvaguardas patrimoniais em que a maior prevalência se encontra nessas mesmas áreas, bem como no noroeste do concelho. Até à data, nessa área limite do concelho não foram identificados novos sítios, embora não seja de excluir essa possibilidade.

A existência de novos sítios, identificados como consequência de trabalhos de salvaguarda ou de projetos de investigação, apesar de solidificar a imagem de que o território possui uma maior importância em termos patrimoniais e, nomeadamente, arqueológicos, representa, simultaneamente uma preocupação.

Apesar da reduzida visibilidade do projeto é hoje mais fácil demonstrar e justificar, junto dos decisores políticos a necessidade de salvaguardar as áreas assinaladas na Carta de Salvaguardas Patrimoniais.

Falta, no entanto, conseguir que estes tenham a perceção da necessidade de integrar os sítios que vão sendo identificados na cartografia, sem ter de aguardar pelos processos de revisão, algo que ao não ser feito, os deixa à mercê de eventuais ações de destruição

Seria para tal necessário que a própria legislação que enquadra a elaboração dos Planos Diretores Municipais, tivesse em conta a especificidade do património arqueológico cujo grau de conhecimento, como julgo que o exemplo do território do concelho de Oliveira de Azeméis deixa perceber com clareza, é muito dependente da quantidade e qualidade dos trabalhos que foram realizados num território, até àquele momento.

O POVOAZ, com todas as suas limitações, e tendo a noção que é uma primeira abordagem ao território, permitiu, ainda assim, demonstrar que um quadro pouco preenchido não significa inexistência de vestígios, mas antes e sobretudo a ausência de trabalhos que os coloquem em evidência.

A manutenção do POVOAZ, em novas versões, ao longo dos próximos anos solidificará este conhecimento e possibilitará ter uma informação mais concreta, e comprovada por trabalhos de campo, da ocupação do território ao longo do tempo.

Essa informação poderá ser canalizada, tanto para o Portal Geográfico, como para o portal Memórias de OAZ, plataforma onde se divulgam os patrimónios arqueológico arquitetónico e imaterial do município. A interligação entre os dois será, porventura, a solução mais fácil, permitirá associar a um polígono localizado com a precisão do portal geográfico uma descrição, complementada com imagens e outros recursos gráficos.

Não podemos, no entanto, deixar de expressar a nossa preocupação, até pela efemeridade com que estamos confrontados no que diz respeito à passagem dos decisores políticos, com a impossibilidade dos sítios arqueológicos serem integrados na cartografia dos Planos Diretores Municipais, de forma imediata à sua identificação.

A necessidade de aguardar o processo de revisão do PDM implica o decurso de vários anos entre o momento de identificação e a sua salvaguarda na cartografia, o que pode conduzir a situações em que, por falta de uma salvaguarda legal, os sítios são afetados na sua integridade.

Pressupor que, nos casos em que os sítios foram identificados, mas que não estão integrados na cartografia, serão salvaguardados através da aplicação de medidas de minimização é pressupor uma bondade dos promotores que não tem paralelo com a realidade.

Importa pois, que a legislação seja revista nesse âmbito, prevendo a necessidade de salvaguardar os sítios de forma expedita.

Bibliografia

CARQUEJA, Bento (ed.) (1909) - *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron.

- DE MAN, Adriaan, TAVARES, João Tiago (2018A) - The Roman hilltop site of Ul. *Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 593-596.
- DE MAN, Adriaan, TAVARES, João Tiago (2018B) - A gestão arqueológica e um projeto de investigação – um primeiro balanço do POVOAZ. *Patrimónios de OAZ*. nº 1, p. 75-89.
- MARQUES, José Augusto Maia (1989) - Escavações no castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia. *Revista de Ciências Históricas*. p. 65-89.
- SILVA, António Manuel S. P. (1995) - Ocupação proto-histórica e romana no entre Douro e Vouga litoral: breve balanço de uma investigação em curso. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. 1, Porto. vol. 2, p. 429-439.
- SILVA, Fernando A. Pereira (1994) - MAMOA 1 DA MOURISCA. Fajões-Oliveira de Azeméis. Resultado da escavação arqueológica. *Ul-Vária*. tomo 1 (1-2), p. 23-58.
- SILVA, Fernando A. Pereira (1995) - Contributo para a carta arqueológica do concelho de Oliveira de Azeméis. Da pré-história à romanização. *Ul-Vária*. tomo 2 (1-2), p. 9-52.
- TAVARES, João Tiago (2014) – *Relatório Final da Intervenção de Emergência no Castro de Ossela - 2013*. Gabinete de Arqueologia e Museologia do Município de Oliveira de Azeméis.
- TAVARES, João Tiago (2017) – *Relatório Final TRABALHOS DE DETECÇÃO ELECTROMAGNÉTICA NO CASTRO DE OSSELA [POVOAZ]* 2016. Gabinete de Arqueologia e Museologia do Município de Oliveira de Azeméis.
- VASCONCELOS, José Leite de (1896) - Novo achado de braceletes pre-romanos. *O Archeologo Português*. Lisboa. vol. 2, pp. 86-88.